

PORTARIA GP Nº 26,  
de 24 de setembro de 2012

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

RENATO BURATTO  
Desembargador Presidente do Tribunal

ANEXO  
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2011 A AGOSTO / 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>913.205</b>	<b>2.277</b>	<b>915.482</b>
Pessoal Ativo	742.317	2.199	744.516
Pessoal Inativo e Pensionistas	170.888	78	170.966
Outras Despesas Pessoal decorrentes de contratos terceirização(§1º do art.18 da LRF)	0	0	0
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>191.669</b>	<b>1.555</b>	<b>193.224</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	56.710	1.555	58.265
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	134.959	0	134.959
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I - II)</b>	<b>721.536</b>	<b>722</b>	<b>722.258</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)</b>			<b>600.187.795</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100</b>	<b>0,120218%</b>	<b>0,000120%</b>	<b>0,120339%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,219360%</b>		<b>1.316.572</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,208392%</b>		<b>1.250.743</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira SIAFI e SECIN/TRT 15ª Região 24/set/2012 13h e 11m

**Notas:**

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Os gastos com auxílio natalidade e funeral, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste RGF, conforme Acórdão nº 894/2012 Plenário do TCU.

3. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 – TCU – Plenário, não foram incluídas:

- a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 11.199 mil e despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados R\$ 410 mil;
- b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 4.291 mil.
4. Conforme determinação contida no Acórdão 346/2006 Plenário do TCU não foi incluído o valor de R\$ 2.648 mil referente a "Precatórios da Administração Indireta".

**Adriana Martorano Amaral Corchetti**  
Ordenadora de Despesas com Pessoal

**Adriana Martorano Amaral Corchetti**  
Diretora-Geral de Coordenação Administrativa - Substituta

**Marco Antonio Fernandes**  
Responsável Controle Interno

**Renato Buratto**  
Desembargador Presidente do Tribunal